



Eletrobras
Cepel

PROFISSIONAL NÍVEL SUPERIOR II

FCS44

CADERNO: 1

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1- A duração das provas será de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo de preenchimento do Cartão de Respostas e o preenchimento da **Folha de Respostas da Prova Discursiva**.
- 2- O candidato que, na primeira hora de prova, se ausentar da sala e a ela não retornar será eliminado.
- 3- Os 3 (três) últimos candidatos a terminar a prova permanecerão na sala e somente poderão sair juntos do recinto, após aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
- 4- O candidato NÃO poderá levar o seu Caderno de Questões (provas objetivas e discursivas) e NÃO poderá copiar o gabarito (assinalamentos). A imagem do seu **Cartão de Respostas** será disponibilizada na página do concurso em <http://concursos.biorio.org.br> na data prevista no cronograma.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA/PROVA DISCURSIVA

- 1- Confira atentamente se este Caderno de Questões (provas), que contém **40 (quarenta) questões objetivas** **2 (duas) questões discursivas** e o tema da **redação**, está completo.
- 2- Cada questão da prova objetiva contém **5 (cinco) opções**, somente uma correta.
- 3- Confira se seus **dados pessoais** e o **cargo/perfil** escolhido, indicados no **cartão de respostas**, estão corretos. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente o Fiscal de Sala ou o Chefe de Local. Terminada a conferência, você deve assinar o cartão de respostas no espaço apropriado.
- 4- Confira atentamente se o **cargo/perfil** e o **número do caderno** que estão no caderno de questões são os mesmos que constam em **seu cartão de respostas e na etiqueta com seus dados colada na mesa/cadeira designada para você sentar**. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente o Fiscal de Sala ou o Chefe de Local.
- 5- Cuide de seu **cartão de respostas**. Ele não pode ser rasurado, amassado, dobrado nem manchado.
- 6- Se você marcar mais de uma alternativa, sua resposta será considerada errada mesmo que uma das alternativas indicadas seja a correta.
- 7- No decorrer da prova objetiva o fiscal de sala irá colher a sua digital no selo que está no seu cartão de respostas.

AGENDA

- **13/04/2014**, Provas Objetivas/ Discursivas e Entrega de Títulos (candidatos de Nível Superior).
- **14/04/2014**, Divulgação dos Exemplos dos Cadernos de Questões (Provas) das Provas Objetivas e das Provas Discursivas.
- **14/04/2014**, Divulgação dos Gabaritos Preliminares das Provas Objetivas e das Provas Discursivas
- **15/04/2014**, Disponibilização das Imagens dos Cartões Respostas das Provas Objetivas.
- **16/04 e 17/04/2014**, Interposição de Recursos contra as questões das Provas Objetivas e das questões das Provas Discursivas.
- **28/04/2014**, Divulgação dos Gabaritos Definitivos das Provas Objetivas e das Provas Discursivas.
- **28/04/2014**, Divulgação das Notas Preliminares das Provas Objetivas.
- **06/05 e 07/05/2014**, Interposição de Recursos contra as Notas Preliminares das Provas Objetivas.
- **05/05/2014**, Resultado dos Recursos contra as Notas Preliminares das Provas Objetivas.



INFORMAÇÕES:

- **Tel:** 21 3525-2480 das 9 às 18h
- **Internet:** <http://concursos.biorio.org.br>
- **E-mail:** cepel2014@biorio.org.br

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

MACONHA E CLASSE SOCIAL

Em recente entrevista, o presidente Barak Obama afirmou que fumar maconha é menos nocivo do que ingerir álcool. Defensor da legalização do uso recreativo, acrescentou que a criminalização dessa droga prejudica mais os jovens negros e latinos das classes pobres do que os garotos de classe média, que raramente vão para a prisão pelo seu uso.

Os dois argumentos revelam muito da ideologia dita progressista do presidente.

Adepto do que se convencionou chamar de Estado-babá, ele pauta suas opiniões e decisões de acordo com o perigo que determinada atividade possa representar aos cidadãos. Assim, se a maconha é menos nociva que o tolerado álcool, pode ser liberada. Já o argumento segundo o qual a legalização beneficiará os mais pobres, que costumam ser punidos com mais rigor pela lei opressora, denota sua firme adesão à teoria da luta de classes.

O consumo e comercialização da maconha devem ser liberados sim, mas não pelos fracos argumentos usados pelo presidente. O primeiro é cientificamente controverso e o segundo, embora verdadeiro, é tosco, uma vez que, no limite, pode ser usado para defender a descriminalização de qualquer atividade ilícita, inclusive os crimes contra a vida e a propriedade. Afinal, os mais pobres costumam ser punidos com mais rigor por quaisquer crimes, e não só tráfico e consumo de drogas. A questão relevante aqui deveria ser: devemos criminalizar atividades que não prejudiquem ninguém, além dos próprios agentes?

Ora, se uma atividade deve ser proibida ou autorizada de acordo com os níveis de risco à vida ou à saúde de seus praticantes, deveríamos aplaudir a proibição de esportes radicais, consumo de açúcares, gorduras, álcool, cigarros e, até mesmo, guiar automóveis. Se tais atividades são admitidas, malgrado todos os perigos a elas inerentes, é porque consideramos que temos o direito de escolher o nosso próprio caminho, de buscar a própria felicidade de acordo com os nossos valores e avaliações, não os do governo, dos cientistas ou de qualquer outra atividade.

João Luiz Mauad, o Globo, 19/02/2014

QUESTÃO 1

Os termos do título – maconha / classe social aparecem relacionados, no texto, do seguinte modo:

- (A) os mais ricos fumam mais maconha que os pobres, mas são menos penalizados.
- (B) os mais pobres fumam maconha, mas por uso recreativo.
- (C) o uso da maconha está disseminado por todas as classes sociais.
- (D) os mais pobres são mais penalizados que os que pertencem à classe média.
- (E) os mais ricos defendem a legalização do uso recreativo da maconha.

QUESTÃO 2

Inferir-se da declaração inicial do presidente Obama que:

- (A) fumar maconha e ingerir álcool são atos de diferentes graus de nocividade.
- (B) fumar maconha é mais benéfico do que ingerir bebida alcoólica.
- (C) devemos fumar maconha, mas não ingerir álcool.
- (D) fumar maconha é menos nocivo do que ingerir álcool, desde que em uso recreativo.
- (E) ingerir álcool é tão nocivo quanto fumar maconha, mas deve-se preferir aquele a essa.

QUESTÃO 3

A frase abaixo que NÃO está estruturada na voz passiva é:

- (A) "...pode ser usado para defender a descriminalização de qualquer atividade...".
- (B) "...se a maconha é menos nociva que o tolerado álcool, pode ser liberada".
- (C) "Se tais atividades são admitidas,...".
- (D) "O consumo e comercialização da maconha devem ser liberados sim...".
- (E) "A questão relevante aqui deveria ser: devemos criminalizar atividades...".

QUESTÃO 4

"Adepto do que se convencionou chamar de Estado-babá..."; a designação se prende ao fato de as autoridades

- (A) tratarem todos os cidadãos como irresponsáveis.
- (B) se atribuírem a proteção de todos os cidadãos.
- (C) considerarem os jovens como adultos em miniatura.
- (D) decidirem os pleitos sem consulta à população.
- (E) informarem continuamente à população os problemas encontrados.

QUESTÃO 5

Observe as frases abaixo:

- I. "...a criminalização dessa droga prejudica mais os jovens negros...".
- II. "...a legalização beneficiará os mais pobres...".
- III. "...costumam ser punidos com mais rigor pela lei...".

Sobre o emprego do vocábulo sublinhado, podemos afirmar com correção que:

- (A) todas as frases apresentam formas de comparativo ou superlativo.
- (B) em todas as frases o vocábulo sublinhado pertence à mesma classe.
- (C) na frase III, o vocábulo "mais" pertence a uma classe diferente das demais.
- (D) nas frases II e III, o vocábulo "mais" pertence à classe dos advérbios.
- (E) em todas as frases o vocábulo "mais" apresenta classes diferentes.

QUESTÃO 6

Segundo o texto, os argumentos do presidente Obama devem ser considerados

- (A) igualmente errados.
- (B) atualmente ultrapassados.
- (C) cientificamente ultrapassados.
- (D) diferentemente condenados.
- (E) socialmente preconceituosos.

QUESTÃO 7

“O primeiro é cientificamente controverso e o segundo, embora verdadeiro, é tosco, uma vez que, no limite, pode ser usado para defender a descriminalização de qualquer atividade ilícita, inclusive os crimes contra a vida e a propriedade”.

Nesse caso, o argumento do autor do texto apela para:

- (A) uma analogia indevida.
- (B) uma estatística falsa.
- (C) uma simplificação exagerada.
- (D) uma fuga do assunto.
- (E) uma fragmentação argumentativa.

QUESTÃO 8

A alternativa em que a equivalência das estruturas **não** é verdadeira é:

- (A) proibir uma atividade / proibição de uma atividade
- (B) ingerir álcool / a ingerência de álcool
- (C) defender a criminalização / defesa da criminalização
- (D) buscar a felicidade / busca da felicidade
- (E) escolher nosso próprio caminho / escolha de nosso próprio caminho

QUESTÃO 9

“Ora, se uma atividade deve ser proibida ou autorizada...”; o vocábulo “ora”, nesse segmento do texto, tem valor de:

- (A) oposição
- (B) explicação
- (C) conclusão
- (D) comparação
- (E) concessão

QUESTÃO 10

A conclusão do texto permite reconhecer que o objetivo do texto é:

- (A) condenar as declarações do presidente Obama.
- (B) defender as liberdades individuais.
- (C) criticar a condenação generalizada da maconha.
- (D) advogar em favor dos mais pobres.
- (E) alertar as autoridades para os desvios de conduta.

LÍNGUA INGLESA

TEXT I

Make solar energy economical



Solar energy provides less than 1% of the world’s total energy, but it has the potential to provide much, much more.

As a source of energy, nothing matches the sun. It out-powers anything that human technology could ever produce. Only a small fraction of the sun’s power output strikes the Earth, but even that provides 10,000 times as much as all the commercial energy that humans use on the planet.

Why is solar energy important?

Already, the sun’s contribution to human energy needs is substantial — worldwide, solar electricity generation is a growing, multibillion dollar industry. But solar’s share of the total energy market remains rather small, well below 1 percent of total energy consumption, compared with roughly 85 percent from oil, natural gas, and coal.

Those fossil fuels cannot remain the dominant sources of energy forever. Whatever the precise timetable for their depletion, oil and gas supplies will not keep up with growing energy demands. Coal is available in abundance, but its use exacerbates air and water pollution problems, and coal contributes even more substantially than the other fossil fuels to the buildup of carbon dioxide in the atmosphere.

For a long-term, sustainable energy source, solar power offers an attractive alternative. Its availability far exceeds any conceivable future energy demands. It is environmentally clean, and its energy is transmitted from the sun to the Earth free of charge. But exploiting the sun’s power is not without challenges. Overcoming the barriers to widespread solar power generation will require engineering innovations in several arenas — for capturing the sun’s energy, converting it to useful forms, and storing it for use when the sun itself is obscured.

(adapted from <http://www.engineeringchallenges.org/cms/8996/9082.aspx>)

QUESTION 11

The author of this text makes it clear that:

- (A) The industry has thrived very little from solar energy generation;
- (B) Effort must be expended towards solar energy technological innovations;
- (C) Solar energy is limitless and constant so there is no need for storing it;
- (D) Capturing solar energy offers absolutely no challenges for human technology;
- (E) It is worthless investing in solar energy as little power reaches the Earth.

QUESTION 12

In relation to the information the text provides, read the following statements:

- I. As sources of energy, oil and gas are finite.
- II. Only coal is clean and will last forever.
- III. Solar energy far excels other sources.

Choose the correct answer:

- (A) only I is correct.
- (B) only III is correct.
- (C) both I and II are correct.
- (D) both I and III are correct.
- (E) all three assertions are correct.

QUESTION 13

The opposite of “below” in “well below 1 percent of total energy consumption” is:

- (A) under;
- (B) above;
- (C) across;
- (D) beside;
- (E) beneath.

TEXT II

In Brazil, the wind is blowing in a new era of renewable energy



In Northeastern Brazil, energy companies are erecting wind farms to capitalize on the constant winds that have challenged farming families for generations.

CAETITE, BRAZIL — With its abundant dams and rivers that carry more fresh water than any other country, Brazil — big and bountiful— essentially runs on hydropower. But it turns out that the country can also count on a good strong breeze.

Wind is emerging as a prize for energy planners here who see the howling gusts that arrive from the east as a way to offset the fresh limits imposed on hydropower.

A string of wind-turbine parks is being erected in Brazil’s windiest stretches, in what planners see as the beginning of an extraordinary transformation. No one expects that wind will outpace dams as the main source of electricity here. But the goals remain audacious for a country that projects an annual increase in electricity consumption of up to 5 percent in coming years.

To keep pace with that growth, Brazil’s capacity to produce energy must increase by 50 percent over the next decade, government planners say — in line with a target set by rapidly growing China, and even faster than what is projected for Russia and India, two similarly sized, energy-hungry emerging economies.

In Brazil, wind will play a vital role: The aim by 2021 is to have Brazil rely on wind turbines for up to 10 percent of its generating capacity — nearly enough to power São Paulo, South America’s largest city.

It’s an expansion that planners believe makes perfect sense, allowing Brazil to avoid an energy crisis like the one in 2001— when drought led to nationwide blackouts — while diversifying with a new source of power that is far cheaper and more efficient than it was just five years ago [...]

Both the pitfalls of relying on wind on a big scale and its tantalizing possibilities are evident here in Caetite, a town with a frontier feel in the northeastern state of Bahia.

The land is parched and the semi-arid hills are rocky. What the homesteaders who struggle to make a living here always noticed was how the strong gusts could rip clay tiles off roofs and level fields of tomatoes. [...]

But what was long viewed as a curse is now being harnessed as a steady source of power for a growing, 57-square-mile wind farm. [...]

The push to develop wind could add to the influence that Brazil wields at international climate talks, where the country is criticized for how deforestation affects the level of greenhouse gases. Industry and government officials say the growing number of wind farms in Brazil — 140 of them — shows how a country far from the epicenter of renewable energy development in Europe can quickly turn to wind and provide lessons to South America.

(adapted from http://www.washingtonpost.com/world/in-brazil-the-wind-is-blowing-in-a-new-era-of-renewable-energy/2013/10/30/8111b7e8-2ae0-11e3-b141-298f46539716_story.html)

QUESTION 14

The text informs that the winds in this region:

- (A) have been harsh to the local population;
- (B) became a recent event in the Northeast;
- (C) have never caused any sort of damage;
- (D) are a problem for energy companies;
- (E) are impossible to be harnessed.

QUESTION 15

In relation to what the text informs, indicate T for the TRUE and F for FALSE.

- () The costs of implementing wind power are too high.
- () Great changes in energy generation will soon take place.
- () Wind power will fully replace hydropower in the near future.

The statements are, respectively:

- (A) F – T – F
- (B) T – F – T
- (C) F – F – T
- (D) T – T – F
- (E) F – T – T

QUESTION 16

The underlined word in “big and bountiful” can also be applied to:

- (A) little water precipitation;
- (B) multicultural population;
- (C) parched and dry land;
- (D) very friendly people;
- (E) highly fertile soil.

QUESTION 17

When the author refers to “the howling gusts that arrive from the east”, he implies that the winds are:

- (A) rather still;
- (B) terribly cold;
- (C) awfully strong;
- (D) definitely weak;
- (E) quite refreshing.

QUESTION 18

Regarding the text, all the following alternatives indicate positive effects of the wind EXCEPT:

- (A) being harnessed as a steady source of power;
- (B) offsetting the fresh limits imposed on hydropower;
- (C) adding to the influence at international climate talks;
- (D) relying on wind turbines for 10% of its generating capacity;
- (E) ripping clay tiles off roofs and levelling fields of tomatoes.

QUESTION 19

In “But it turns out”, the underlined phrase can be replaced by:

- (A) shows;
- (B) proves;
- (C) happens;
- (D) realizes;
- (E) pretends.

QUESTION 20

According to the text, energy crisis may be avoided by 2021 if:

- (A) wind turbines alone generate all the power the country needs;
- (B) many wind turbines are built solely in the state of São Paulo;
- (C) there is an overwhelming drought in the Northeast states;
- (D) wind turbines are trusted as sources of energy generation;
- (E) nationwide blackouts turn into mere seasonal situations.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

O marco inicial do exame dos princípios constitucionais que regem a atuação administrativa está no Art. 37 da Constituição Federal. Estabelece esse dispositivo que a Administração Pública direta e indireta, em quaisquer de seus níveis, deve obediência obrigatória, prioritária e universal a princípios como o da “legalidade”, que:

- (A) em sua implementação instaura, acima de sinuosos personalismos, o soberano governo dos princípios, em lugar de idiossincráticos projetos de cunho personalista e antagônicos à consecução do bem de todos.
- (B) é derivado do princípio geral da igualdade, vedando qualquer discriminação ilícita e atentatória à dignidade da pessoa humana, dispensando tratamento isonômico a todos os administrados, sem privilégios espúrios.
- (C) caracteriza a função dos atos da Administração como a realização das disposições legais, não lhe sendo possível, portanto, a inovação do ordenamento jurídico, mas apenas a concretização de presságios genéricos e abstratos anteriormente firmados pelo exercente da função legislativa.
- (D) revela o “Estado não-César”, contrário àquele que prevaleceu desde a Antiguidade e que tinha na figura do governante o seu padrão normativo e político, quando o Estado era uma e a mesma coisa que o César, por isso a sua face se espelhava em sua lei, em sua bandeira e moeda.
- (E) caracteriza-se, na atividade administrativa, pela valoração objetiva dos interesses públicos e privados envolvidos na relação jurídica a se formar, independentemente de qualquer interesse político, devendo o agente público, no desempenho da atividade administrativa, ser sempre objetivo e imparcial.

QUESTÃO 22

Quanto aos serviços públicos ou serviços de utilidade pública, é correto afirmar que:

- (A) o bem-estar de grupos específicos, finalidade dos serviços públicos, é a soma dos bens individuais e a absorção dos bens pelo Estado.
- (B) o Estado, que é a organização do poder político de um grupo de pessoas, é organizado com a finalidade de promover e satisfazer à prosperidade desse grupo.
- (C) o direito de fruição individual é incompatível com os serviços públicos ou com os serviços de utilidade pública, que dizem respeito à comunidade como um todo.
- (D) são conjuntos de atividades e bens que são exercidos ou colocados à disposição de grupos específicos, visando abranger e proporcionar o maior grau possível de bem-estar a esses grupos.
- (E) podem abranger atividades exercidas pelo setor privado através de delegações do poder público, atendendo a interesses coletivos ou ao bem-estar geral e, nesse caso, são considerados “serviços de utilidade pública”.

QUESTÃO 23

Quanto aos serviços de utilidade pública prestados sob o regime de concessão, é correto afirmar que:

- (A) a concessão, devido à sua natureza, dispensa autorização legislativa para a definição das condições de execução dos serviços.
- (B) o concessionário é selecionado em função de requisitos como capacitação técnica, idoneidade financeira, competência administrativa, integridade moral, dentre outros.
- (C) o contrato de concessão transfere ao concessionário, durante a vigência do contrato, a propriedade dos bens explorados, passando-os da esfera pública concedente para a entidade privada concessionária.
- (D) embora trate da exploração de serviços públicos, a organização dos serviços sob concessão independem da esfera pública, não podendo as entidades públicas concedentes ter competência para decidir como organizar tais serviços.
- (E) é o procedimento através do qual uma pessoa de direito público concedente faculta, mediante delegação a título precário, a uma pessoa física ou jurídica concessionária, a execução de obras e serviços de utilidade pública, ou o uso excepcional de bem público.

QUESTÃO 24

Quanto aos serviços de utilidade pública prestados sob o regime de permissão, é correto afirmar que:

- (A) são sempre outorgados de forma gratuita, não podendo ser remunerados, por se tratar de exploração de serviço público.
- (B) a concessão é um ato unilateral da Administração, de delegação de um serviço ou permissão de uso de um bem público, com características de precariedade.
- (C) por não ser a título transitório e devido à sua natureza, a permissão exige autorização legislativa para a definição das condições de execução dos serviços.

- (D) não pode ser revogada a qualquer momento pela autoridade permitente, sendo que cabe ao permissionário o direito de indenização ao término do período de permissão.
- (E) são procedimentos pelos quais a autoridade permitente, uma pessoa de direito público, confia mediante delegação contratual a uma pessoa física ou jurídica, o encargo de explorar um serviço público, na qualidade de permissionário.

QUESTÃO 25

Quanto à Administração Pública, é correto afirmar que é:

- (A) gerida pelo Serviço Público, que a dirige de modo a obter um resultado útil à comunidade como um todo.
- (B) realizada pelo Serviço Público, sendo este o aparelhamento do Estado visando à satisfação das necessidades coletivas.
- (C) exercida privativamente pelo Serviço Público, diretamente ou por delegação, sujeitando-se este ao dever de continuidade daquela.
- (D) permitido a ela fazer tudo que a lei permite, não proíbe, tendo o administrador público a liberdade de decisão, considerando sua autoridade como agente público.
- (E) responsável por zelar pelo interesse público acima de quaisquer outros, sendo obrigada a desenvolver atividade contínua, compelida a perseguir suas finalidades públicas.

QUESTÃO 26

Administração direta ou centralizada é uma atividade administrativa:

- (A) integrada e ligada diretamente ao chefe do Poder Executivo.
- (B) que pode ser exercida pelas autarquias e empresas públicas, exercendo serviços exclusivamente de interesse público.
- (C) que pode ser exercida por sociedades de economia mista e fundações, exercendo serviços exclusivamente de interesse público.
- (D) caracterizada como serviço público ou de interesse público transferida diretamente do Estado para outra entidade pré-existente, qualificada para tal.
- (E) caracterizada como serviço público ou de interesse público, transferida diretamente do Estado para outra entidade por ele criada ou cuja criação é por ele autorizada.

QUESTÃO 27

Administração indireta ou descentralizada é uma atividade administrativa:

- (A) vedada a autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações.
- (B) caracterizada como atividade de interesse público deslocada do Estado para uma entidade pré-existente, através de contrato licitado.
- (C) caracterizada como serviço público ou de interesse público transferida ou deslocada do Estado para outra entidade por ele criada ou cuja criação é por ele autorizada.
- (D) constituída dos serviços integrados na estrutura administrativa da cúpula dos poderes executivos federal, estaduais e municipais, através de convênios de descentralização.
- (E) realizada por ministérios, secretarias estaduais e secretarias municipais, por delegação da Presidência da República, governadores e prefeitos, visando a descentralização de atividades.

QUESTÃO 28

Uma autarquia é:

- (A) entidade que, por não ser resultado de descentralização administrativa, não integra o organismo estatal.
- (B) órgão criado por decreto-lei, com personalidade de direito público, com patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas do setor privado, mas sob controle do setor público.
- (C) entidade com personalidade de direito público que recebe a execução de serviço público por delegação, não por transferência, dentro da competência que lhe foi outorgada pelo Poder Executivo.
- (D) serviço autônomo, criado por lei, com personalidade de direito público interno, com patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, ou seja atribuições estatais específicas.
- (E) órgão hierarquicamente vinculado à chefia do Poder Executivo, criado por decreto, com personalidade de direito público, com patrimônio gerido pelo Poder Executivo, para executar atividades típicas da administração pública.

QUESTÃO 29

Quanto às entidades paraestatais, é correto afirmar que:

- (A) exercem serviços públicos que não são organizados pelo Estado.
- (B) são entes criados para executar atividades de interesse e privativos do Estado.
- (C) seus serviços não podem ser mantidos através de arrecadação de taxas ou contribuições parafiscais.
- (D) sendo desmembramentos do Estado, gozam de privilégios estatais, salvo quando expressamente determinado em lei.
- (E) cabe à União, estados e municípios o direito de descentralizar seus serviços de interesse coletivo, através da criação de qualquer forma de entidade paraestatal.

QUESTÃO 30

Dentre as principais características das entidades paraestatais, destacamos que:

- (A) possuem privilégios tributários e processuais, exceto quando a Lei determinar em contrário.
- (B) são regidas por seus estatutos ou contratos sociais, registrados na Junta Comercial ou Registro Civil.
- (C) seu patrimônio é constituído por recursos oriundos do setor privado, não podendo ser formado por recursos do poder público.
- (D) sua organização independe de autorização legislativa, mas obedece às normas das pessoas jurídicas de direito público, exatamente por serem paraestatais.
- (E) os atos de seus empregados, para fins criminais, não são equiparados aos de funcionários públicos e os atos dos dirigentes não estão sujeitos a mandado de segurança nem a ação popular, por não se tratar de órgão público.

QUESTÃO 31

Empresa pública é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito:

- (A) privado, com patrimônio próprio e capital exclusivamente governamental, criação autorizada por lei, para exploração de atividade econômica ou industrial, que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.
- (B) público, com patrimônio público e capital exclusivamente governamental, criação autorizada por decreto, para exploração de atividade econômica ou industrial, que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.
- (C) público, por ser empresa pública, com patrimônio próprio, mas capital exclusivamente privado, criação autorizada por lei, para exploração de atividade econômica ou industrial, que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.
- (D) público, por ser empresa pública, com patrimônio e capital exclusivamente privados, criação autorizada por decreto, para exploração de atividade econômica ou industrial, que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.
- (E) privado, com patrimônio público e capital exclusivamente privado, criação autorizada pelo Poder Executivo, para exploração de atividade econômica ou industrial, que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.

QUESTÃO 32

As atividades das empresas públicas são regidas pelos preceitos:

- (A) do serviço público, mas não controlada pelo poder público, embora tenha a finalidade de ajustar-se a um Plano Geral de Governo.
- (B) comerciais, constituída, organizada e controlada pelo poder público, mas não vinculada do Plano Geral de Governo, por ser uma empresa de direito privado.
- (C) comerciais, constituída, organizada e controlada pelo poder público, e por este através da entidade a que estiver vinculada, supervisionada, com a finalidade de ajustar-se a um Plano Geral de Governo.
- (D) do serviço público, constituída, organizada e controlada pelo poder público, e por este através da entidade a que estiver vinculada, supervisionada, com a finalidade de ajustar-se a um Plano Geral de Governo.
- (E) comerciais, constituída pelo poder público mas controlada e organizada por seus respectivos conselhos de administração, e por este através da entidade a que estiver vinculada, supervisionada, com a finalidade de ajustar-se a um Plano Geral de Governo.

QUESTÃO 33

A Lei 8.666 regulamenta o art. 37 inciso XXI da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública. Conceitualmente, licitação é o conjunto de procedimentos administrativos através do qual a Administração Pública cria meios para verificar as melhores condições de contratação e, nesse sentido, subordinam-se a ela, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais e as autarquias, bem como:

- (A) as fundações públicas, as empresas públicas e privadas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei, são necessariamente precedidas de licitação as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros.
- (B) as fundações públicas e as empresas públicas, mas não as sociedades de economia mista e, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei, são necessariamente precedidas de licitação as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros.
- (C) as fundações públicas, mas não as empresas públicas, as sociedades de economia mista e empresas privadas, e ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei, são necessariamente precedidas de licitação as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros.
- (D) as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei, são necessariamente precedidas de licitação as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros.
- (E) As fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei, são necessariamente precedidas de licitação as obras, serviços e compras, estando dispensadas as alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros.

QUESTÃO 34

Os avisos contendo os resumos dos editais de licitação deverão ser publicados com antecedência e o prazo mínimo até o recebimento das propostas, no caso da modalidade convite, é de:

- (A) 5 dias úteis.
- (B) 7 dias úteis.
- (C) 10 dias úteis.
- (D) 15 dias úteis.
- (E) 20 dias úteis.

QUESTÃO 35

No processo licitatório o julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle. Para isso consideram-se como tipos de licitação (exceto na modalidade concurso): menor preço; melhor técnica; técnica e preço e maior lance ou oferta. Os tipos de licitação que são usados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos, ressalvado casos específicos envolvidos na contratação de bens e serviços de informática, são:

- (A) “menor preço” ou “melhor técnica”.
- (B) “menor preço” ou “técnica e preço”.
- (C) “melhor técnica” ou “técnica e preço”.
- (D) “técnica e preço” ou “maior lance ou oferta”.
- (E) “melhor técnica” ou “maior lance ou oferta”.

QUESTÃO 36

Na licitação, quanto aos procedimentos visando processamento e julgamento, é correto afirmar que:

- (A) após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.
- (B) mesmo ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, sempre cabe desclassificá-las por motivo relacionado com a habilitação.
- (C) é facultada à Comissão ou autoridade superior, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, desde que não iniciada a abertura dos envelopes.
- (D) é permitida a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente de alguma proposta de licitante, desde que o fato conte com a aprovação dos demais licitantes e da Comissão de Licitação.
- (E) a abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada na presença exclusiva dos membros da Comissão de Licitação e dos licitantes, sendo lavrada ata circunstanciada, assinada pelos presentes.

QUESTÃO 37

A alienação de bens da Administração Pública, quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, que não é dispensável em caso de:

- (A) dação em pagamento ou investidura.
- (B) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo.
- (C) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais.
- (D) alienação e concessão de direito real de uso, gratuita ou onerosa, de terras públicas rurais da União na Amazônia Legal onde incidam ocupações até o limite de 15 (quinze) módulos fiscais ou 1.500ha (mil e quinhentos hectares), para fins de regularização fundiária, atendidos os requisitos legais.
- (E) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública.

QUESTÃO 38

A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, não podendo esta ser dispensada em caso de:

- (A) venda de títulos, na forma da legislação pertinente.
- (B) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica.
- (C) venda de materiais e equipamentos ao setor privado quando não mais houver utilização previsível para os mesmos.
- (D) venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades.
- (E) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação.

QUESTÃO 39

Quanto à penalidade por dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade é correto afirmar que a pena é de:

- (A) detenção de 1 a 3 anos e multa, na mesma pena incorrendo aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público;
- (B) detenção de 1 a 3 anos e multa, estando sujeito apenas à mesma multa aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público;
- (C) detenção de 3 a 5 anos e multa, na mesma pena incorrendo aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público;
- (D) detenção de 3 a 5 anos e multa, estando sujeito apenas à mesma multa aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público;
- (E) detenção de 4 a 6 anos e multa, na mesma pena incorrendo aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público.

QUESTÃO 40

O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei 8.666 não confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

- (A) fiscalizar-lhes a execução.
- (B) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- (C) modificar unilateralmente cláusulas econômico-financeiras para melhor adequação às finalidades de interesse público.
- (D) modificar cláusulas unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- (E) nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

QUESTÕES DISCURSIVAS

QUESTÃO 1

Com relação a uma sociedade de economia mista:

identifique a personalidade jurídica de uma sociedade de economia mista;

diga como se dá sua criação;

identifique que tipo de atividade explora ou realiza e quem dela participa;

descreva como é seu controle acionário.

QUESTÃO 2

Com relação a contratos firmados através de processo licitatório realizado na forma consolidada da Lei 8.666/93:

identifique a que autoridade cabe a responsabilidade de acompanhamento e fiscalização;

explique como esse agente procede no caso de decisões que ultrapassem sua competência;

apresente a consequência do desatendimento das determinações regulares desta autoridade.

REDAÇÃO

Um dos grandes problemas que enfrenta a sociedade brasileira é a presença do hábito da automedicação, hábito esse que pode trazer sérios prejuízos à saúde dos usuários dos medicamentos. Alegam alguns que o alto preço dos planos de saúde ou das consultas médicas faz com que se procurem remédios na experiência anterior de amigos ou na livre publicidade; outros indicam a pouca educação do povo em geral como fator preponderante dessa escolha irresponsável.

De qualquer modo, o que podem fazer as autoridades para que se reduzam os riscos da população?

Redija um texto dissertativo-argumentativo, de aproximadamente 25 linhas, em que você exponha as razões da automedicação entre nós, as providências que podem ser tomadas, sugestões de soluções, acompanhadas de argumentos convenientes.

